

Requalificação do HDES estimada em 300 milhões e concurso previsto até final de 2027

A obra de reparação, reorganização e redimensionamento do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) está estimada, a preços actuais, em cerca de 300 milhões de euros. O Programa Funcional prevê o aumento da capacidade de internamento de 437 para 500 camas, com possibilidade de expansão até 641, enquanto o lançamento do concurso público internacional deverá ocorrer até ao final de 2027.

Os dados constam do Sumário Executivo do Programa Funcional do novo HDES e da apresentação da solução global, datada de 17 de Julho. Os documentos ressaltam que os 300 milhões de euros correspondem a uma estimativa e que o valor exacto da empreitada apenas será conhecido depois de concluído o programa preliminar.

Terminada a definição do Programa Funcional, o Governo dos Açores mandou o Conselho de Administração do HDES para iniciar as fases necessárias à elaboração daquele programa preliminar, documento que estabelecerá os objetivos e as características orgânicas e funcionais da intervenção, assim como os custos e os prazos de execução a observar.

A preparação das peças documentais e técnicas deverá ficar concluída até ao final de 2027, com o lançamento do concurso público internacional para a requalificação, o redimensionamento e a reparação do hospital. Este calendário refere-se, por isso, ao lançamento do procedimento concursal e não ao início ou à conclusão da empreitada.

Quanto ao financiamento, o sumário executivo remete para a Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2024, de 5 de Junho, que, segundo o documento, estabelece os mecanismos de colaboração entre os governos da República e dos Açores na sequência do incêndio do HDES, incluindo a assunção de 85% da despesa pelo Governo da República.

A solução apresentada foi concebida para permanecer dentro dos limites físicos do complexo hospitalar e conjuga a utilização das estruturas existentes, incluindo o edifício modular, com a construção de novos edifícios. Cerca de 60% da área a intervir corresponderá a ampliações e os restantes 40% a remodelações.

No total, o Programa Funcional abrange 64.355 metros quadrados de área útil, equivalentes a aproximadamente 111 mil metros quadrados de área bruta, sem incluir os espaços de estacionamento. As áreas assistenciais ocupam 42.657 metros quadrados, representando 66% do total, enquanto 6.957 metros quadrados, ou 11%, se destinam ao suporte clínico. O apoio geral terá 11.661 metros quadrados, correspondentes a 18%, e a formação e investigação e desenvolvimento ocuparão 3.080 metros quadrados, equivalentes aos restantes 5%.

A intervenção inclui a requalificação do edifício actual e a construção de um novo corpo assistencial, de um novo corpo para a Urgência e Unidade de Cuidados Intensivos, de uma estrutura



>> *Imagens ilustrativas da solução global proposta, constantes do documento de apresentação do Programa Funcional do HDES*

para Medicina Hiperbárica, de um novo Centro de Ambulatório e de um edifício para Hemodiálise. Estão igualmente contemplados espaços para Medicina Nuclear, administração e serviços administrativos, formação e investigação, cozinha, armazém, lavanderia, Serviço de Instalações e Equipamentos e um

Ecocentro Hospitalar. Os diferentes edifícios deverão ficar ligados por galerias, com separação dos circuitos de doentes de ambatório, emergentes e logísticos.

A tabela de dimensionamento utiliza como referência a capacidade existente em 2023. No internamento, incluindo

o berçário, o número de camas deverá aumentar das actuais 437 para 500, podendo chegar a um máximo de 641 em situações de necessidade.

Nas cirurgias programadas, a capacidade passará de sete para dez salas: as atuais cinco salas de cirurgia convencional e duas de ambulatório darão lugar a sete salas convencionais e três de ambulatório. A capacidade máxima prevista é de 12 salas, sete convencionais e cinco de ambulatório. A sala destinada às cirurgias urgentes mantém-se em uma, enquanto o bloco de partos passa de uma para duas salas.

A consulta externa deverá mais do que duplicar a capacidade, crescendo de 60 para 139 gabinetes, com um máximo previsto de 141. No hospital de dia de hemodiálise, o número de monitores aumentará de 23 para 35, podendo atingir um máximo de 40. O hospital de dia de oncologia passa de 12 para 16 postos e o hospital de dia polivalente e de especialidades, que inclui a pediatria, aumenta de 51 para 56 postos. Nestes dois últimos casos, a capacidade prevista coincide com a capacidade máxima indicada.

O dimensionamento baseou-se numa projecção das necessidades assistenciais até 2050 e numa comparação com a Região Autónoma da Madeira, Portugal continental e a União Europeia relativamente ao número de camas e de salas operatórias. Foi também efectuada uma análise comparativa com hospitais portugueses classificados no Grupo D, categoria na qual o HDES está integrado.

A implantação apresentada prevê ainda um total de 1.564 lugares de estacionamento após a ampliação. A solução mantém 281 lugares à superfície, acrescenta mil lugares num silo automóvel e contempla aumentos de 65, 38, 10 e 170 lugares em diferentes zonas do complexo. A própria apresentação classifica, contudo, esta implantação como ilustrativa.

O edifício modular, construído para assegurar a continuidade dos cuidados de saúde depois do incêndio de 4 de maio de 2024, será integrado na solução definitiva. De acordo com o sumário executivo, a estrutura acolherá posteriormente o novo Centro de Ambulatório, incluindo a Consulta Externa e o Hospital de Dia, e todos os equipamentos adquiridos para o hospital modular serão aproveitados no futuro HDES.

O Programa Funcional resulta de um processo iniciado em 2024 e 2025. Em Setembro de 2025, a Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2025 criou uma comissão para analisar a proposta apresentada pelo Conselho de Administração do hospital. O respectivo relatório, concluído em dezembro de 2025, resultou de 50 reuniões de trabalho e envolveu mais de 75 profissionais e responsáveis de diferentes áreas do HDES. A elaboração do Programa Funcional ficou a cargo da Antares Consulting e, segundo a apresentação, o documento foi validado pelo Conselho do Governo Regional.